

---

## DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES<sup>1</sup>

---

Ministro Marcos Vinícios Vilaça

### NO ASSENTO DE PROVAÇÕES

Tenho prazer em saudar Vossa Excelência, Ministro Walton Alencar Rodrigues. Prazer, mesmo. E honra, também. Faço-o um tanto fora de padrões recomendados à austeridade desse tipo de ato. Mas nesse aspecto não fiz jura de respeito. Prefiro ser fiel à palpitação humana e é sob tal compasso que me ouvirá.

Somente hesitei, aliás indevidamente, foi na forma do tratamento. Ou **Dr. Walton Alencar Rodrigues**, de tanto tempo do fértil convívio, ou **Ministro Walton Alencar Rodrigues**, como dos estilos dagora em frente.

Mas isto só tem a ver com o vício das origens pernambucanas.

Na velha Faculdade de Direito do Recife é da tradição comentar o conflito entre Gregório de Matos, o “Boca do Inferno”, marco seminal da história da literatura brasileira, e um juiz de Igarassu, que reclamara ter sido tratado por “Vós”.

Gregório, à inconformidade do magistrado, reagira:

“Se tratamos a El-Rei por vós  
e a Jesus por tu  
como chamaremos nós,  
ao juiz de Igarassu:  
Tu e vós ou vós e tu?”

Pois bem, fico com o tratamento de **Ministro Walton Alencar Rodrigues** que, por respeitoso, não será menor no afeto.

Anoto muito bem que a sua nomeação e esta posse se enlaçam em tempos pascais, que falam a nós dois, pela fé professada.

A Paixão é a Liberdade da Ressurreição. Tempos de luz, concha de sons, faces de vida em sorrisos.

Alceu Amoroso Lima em **Tudo é Mistério** comenta: “Gostaria de contar quantas vezes a palavra **alegria** se encontra nos Evangelhos”... “A Alegria, portanto, como a Liberdade, não é apenas um direito congênito a cada ser humano, mas um dever naquela lei de perfectibilidade que a todo momento invocamos, como uma das leis essenciais da condição de todos os seres... a tristeza não é um pecado em si, mas uma omissão. A omissão do dever da alegria”.

Isto é doutrina e fé. É a vida que o Tribunal inteiro lhe deseja, Senhor Ministro.

---

1. Proferido na cerimônia de posse realizada no edifício-sede do TCU, em 13 de abril de 1999.

Vossa Excelência não precisa de conselhos. Não digo que já tenha se instalado na idade dos cabelos brancos nem quero acicatá-lo com insinuações de calvície antecipada, mesmo que pudesse lhe recordar a resposta de D'Annunzio quando um admirador se espantou de que o poeta fosse tão calvo:

“- A erva não cresce na cratera”.

Não, não cresce, mesmo. As idéias a destroem.

Também tenho reservas em dizer **faça isto, não faça aquilo**, pois não esqueço o reparo perverso de La Rochefoucauld: “quando não podemos mais, porque já freqüentamos pelo menos os subúrbios da velhice, dar maus exemplos, passamos a dar bons conselhos”.

Josué Montello a esse propósito ensinou que infelizmente os moços fazem conosco, que estamos da meia-idade para cima, o que já fizemos com os mais velhos, na hora adequada: não nos ouvem nem nos levam a sério.

É da lei da vida que as gerações busquem caminhos por conta própria. E, aqui para nós, a aprendizagem é sempre mais segura.

A sua vida é escalada de triunfos, de tantos e tão próximos uns dos outros que por pouco não o atropelaram. Da Faculdade ao Senado, da Advocacia ao Magistério Universitário, deste aos Ministérios Públicos e destes ao Tribunal de Contas da União, até o cadeiral deste Plenário, chamado “Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza”, homenagem à expressão cirenaica que, por longo tempo, ele exerceu para a Corte.

Neste colegiado esperamos que prossiga a exhibir a consistência do seu saber, até mesmo por suceder a um exemplar homem público e singular figura humana, além de intelectual respeitável. Falo de Carlos Átila Álvares da Silva.

Acrescente-se o fato histórico de que o seu nome completa o circuito primeiro do cumprimento da regra constitucional que estabeleceu os procedimentos de escolha dos Ministros do TCU. Já estão ou estiveram entre nós os escolhidos pelo Presidente da República – livremente ou entre os Auditores – e os designados pelo Congresso Nacional. Esta é a vez do Ministério Público.

Não abusou Vossa Excelência dos recursos das etapas. Adotou-as como trampolim e não como degrau de ficar. “O tempo é curto para o sonho dos homens” mas no seu caso não foi assim. E não o será amanhã pois o que o energiza é a construção de uma obra, aproveitando a vocação e os estímulos da família.

Vossa Excelência utilizará a sua mocidade mas sem a inocência de supor que ser novo é apenas ser moço. Não me parece que a antropofagia diante de outras gerações lhe apeteça e nem descubro na sua personalidade quaisquer desses dodecaedros da equívoca modernidade conflitiva.

Mais tarde, bem mais tarde, poderá dizer como o excepcional poeta maranhense, Bandeira Tribuzzi: “Do alto da ladeira do seu tempo vivido, o menino que resistiu a tudo nos assegurou: Amanheceremos a existência”.

Vossa Excelência sabe que neste Plenário continuamos na construção daquilo que apaixonava Hermes Lima. “Um dia, quem sabe, a Cooperação superará a luta. Cooperação não elimina divergência. Elimina antagonismos. Cooperação propicia liberdade e tolerância.”

Nesse compasso de acento tomista gostamos de trabalhar. Vossa Excelência, como Procurador-Geral pôde ver, participar, contribuir.

O Direito não é sucessão de esquemas vazios mas dimensão humana da vida.

E aqui se sabe que ao Estado cabe saliente papel organizador dessa dimensão, como tatibilidade da **managerial revolution**, de James Burnham. Nesse “campo do possível”, é que cabe ao controle externo valorizar desempenhos organizativos como expressão democrática.

Corte de Contas respeitada e prestigiada dá visibilidade à democracia. Espartilhá-la é compulsão dos tiranos.

Vejo nesta Corte duas ordens básicas de suas funções – **tradição**, que por mais de cem anos aponta como padrão de conduta a ser mantido, pois se fez merecedor dessa conservação; e **criação**, na renovação da sua cultura de trabalho.

Cada instituição constrói por si a própria fortuna crítica, não por isolamento ao tempo histórico e social em que se situa, mas pela compreensão da circunstância.

Bati-me todo o tempo em que estou aqui e ainda lutarei pelo tempo, não sei se espichado ou não, que me restar, pelo culto da autonomia intelectual do TCU. Sou ortodoxo na defesa desse pressuposto essencial. Repito: da autonomia intelectual.

É dessa prerrogativa que outras, necessárias e convenientes, promanam, para que possamos contribuir no controle do Estado, que é próprio das democracias, como complexo e multiforme mecanismo de auto-regulação das ações políticas.

A dimensão contemporânea do Estado torna os mecanismos de controle essenciais à gestão político-democrática, para identificação do grau de alcance dos objetivos de um governo. Costumo dizer: é a teoria da qualidade.

O controle externo não pode prescindir da análise desses objetivos, de sua viabilidade e de sua compatibilidade interna. É desse exame que se torna possível esclarecer o sentido dos meios. É ele que pode justificar a escolha dos caminhos adotados.

Vale dizer, é essencial ao Tribunal que aprecie, como forma moderna de seu desempenho, a administração pública em ação. Como disse T.S. Eliot:

“O ciclo sem fim da idéia e da ação,  
Interminável invenção, interminável experimento”.

Manoel Francisco Correia, o Primeiro Presidente, falou de uma “luz benigna” a alumiar o nosso caminho: a luz do patriotismo. É do nosso dever torná-la incandescente, a partir da informação com que trabalhemos – correta e fidedigna – possibilitando que seja criteriosamente apreciada, comedidamente julgada.

Guarde, Ministro Walton Alencar Rodrigues, o calor desta hora, suas luzes, suas emoções, o repassar de dias idos e vividos. Vai-lhe servir quando chegarem as inevitáveis provações reservadas à tarefa de julgar.

O Evangelho diz que a semente primeiro morre na terra escura para depois nascer, do seu silêncio, a planta luminosa.

É mais ou menos assim o nosso **munus**, neste assento de provações.

Sorte a sua que encontra na família que tomou também como sua, a família de Maria Isabel, um homem e um jurista raros, um excepcional juiz, o Ministro Luiz Octavio Gallotti, curiosamente ocupante das cadeiras – as mesmas – que Vossa Excelência ocupou e ocupa nesta Corte.

Homem sabedor de que o Direito é uma vocação de luta contra as insígnias do ódio, de que o Direito é o evangelho de uma religião que une e protege.

Luiz Octavio Gallotti merece se diga dele: somente os grandes homens podem dar os grandes exemplos, modelando infinitos para a vida.

Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Acostumei-me a um cântico em que a terra se mostra matriz fecunda donde brota a vida, na exuberância das variedades.

Bachelard acredita que a imaginação simbólica assinala o caráter positivo das imagens referentes à matéria terrestre. Traduziriam um sentimento de estabilidade.

Dessa liturgia da terra fala muito bem a etimologia da palavra **Georgicas**, composta pelos radicais gregos GÊ (terra) e ERGON (trabalho).

E aí está o seu Goiás, com sertões brabos, iguais aos sertões de Pernambuco, onde ninguém usa o medo simplesmente por ser terra em que medo não se usa.

Gilberto Mendonça Teles poderia estar aqui falando do que de lá,

“brilha nos ermos, enchendo espaços  
como alguns ventos sem editais  
que vão pelos vãos e em curto prazo  
fazer viração no meu Goiás”,

ou do espírito de Bartolomeu Bueno a ameaçar pôr fogo nos rios ou da doçura poética de Cora Coralina cruzando o Meia-Ponte a nado e em dia de enchente.

Ou poderíamos, juntos, recordar em dois contos do livro de sua mãe – **Vitrais em Movimento** – aqueles intitulados “O Vestibular” e “Para você, meu filho”, protagonismos de uma certa Maria Décia e de um certo Walton.

Mas tudo perpassará dagora em diante do que viu e fez. É próprio da maturidade, que chega, época da experiência profunda, nos misteres do profissional, do cidadão e do homem. Virá a lembrança do Fusca, chapa AV 1933, que todo fim de semana o levava de Brasília a Goiânia e lá era aguardado em ânsia pelo seu irmão Douglas, a fim de usá-lo às escondidas, para desespero do jovem proprietário. Jovem que, em Londres, descobriu na Walton Street um tribunal daqueles de aplicação de direito costumeiro, enquanto semi-imberbe aprendia inglês. Talvez tenha entrado, esse jovem, ali perto, em igreja católica na Brompton Road, onde Nabuco se converteu

ao catolicismo ao lhe acontecer o espanto do mistério da fé. Talvez ali tenha nascido o seu gosto, de que tanto me apraz ser seu colega, pela gastronomia, por falta de seduções da cozinha saxônica, e pela viagem; só que para nós viajar é um imperativo da inteligência.

Vá prá longe a modéstia.

Esta Casa de Ministros aplicados, de servidores honrados, de continuado respeito ao Ministério Público que conosco atua com altiva independência, é lugar de trabalho.

Aqui se trabalha. Pontualizo apenas um exemplo. Só em 1998 o TCU apreciou 10.640 e recebeu 6.610 novos processos. Os que aqui passaram não foram donatários de capitania. Foram apenas inquilinos do tempo de julgamento.

Mas se lhe sobrar algum espaço nas horas, recorde o que viu em Veneza, no Grande Canal. A casa ocupada até 1883 por Wagner, um dos gênios musicais de sua predileção. Distraia-se com ele. Não sei se Claude Debussy também é uma de suas preferências. Tenho cá as minhas dúvidas.

Enfim, abre-se-lhe, no principal, o espaço fértil da judicatura, tão próxima do magistério. Ensinar aos universitários é como se o professor os julgasse; ao julgar, o juiz está freqüentemente ensinando.

Afonso Arinos lembra que essa situação, por exemplo, se manifesta claramente na história da Corte Suprema dos Estados Unidos, tal como reconhecido por constitucionalistas ocidentais.

Eis, Ministro Walton Alencar Rodrigues, as estradas disponíveis que a Pátria lhe reservou.

Mas não desejo concluir sem um recado aos seus pais, sob o testemunho de sua família, amigos e espero, com otimismo, que dele também participe o Luiz Felipe.

A história é a seguinte:

Alexandre Dumas certa noite foi assistir a estréia de uma das peças de Alexandre Dumas Filho. O velho romancista, enxundioso e festivo, postou-se à beira do palco e a cada intervalo aplaudia entusiasmado, em reboliço despropositado.

Um circunstante diante daquela sua exuberância de corpo e alma, aventurou-se na pergunta:

- É o senhor o autor da peça?

O velho olhou-o bem e respondeu altivo:

- Sou mais que isso, meu caro. Sou o autor do autor.

Pronto, dona Maria Décia e dr. Wilton Rodrigues dou-lhes o episódio como sugestão no caso de terem de explicar as glórias do filho Ministro.